

# PESQUISA EDUCACIONAL E DECISÃO POLÍTICA

Vanilda Paiva<sup>1</sup>

Devemos começar por algumas premissas:

1. o tempo da pesquisa é diferente do tempo da política. Em política, tudo é para ontem; mas o conhecimento precisa não apenas ser de hoje, mas ter caráter prospectivo. Em pesquisa, tudo é para amanhã. Não apenas por eventuais descomprometimentos com o mundo concreto e sua transformação, mas porque é preciso ócio e tempo para poder digerir adequadamente bibliografias e analisar dados concretos. Acrescente-se a isso o fato de que a maior parte dos pesquisadores, mesmo que tenham posições políticas definidas ou engajamentos partidários, nunca passou por uma máquina estatal nem pela necessidade de administrar coisas e pessoas - com todas as seus supostos em matéria de compromissos, malabarismos para fugir aos impasses, enfrentamento com situações sem solução que obrigam a criar novos problemas, adequação de medidas atuais a perspectivas de futuro que dificilmente poderão ser entendidas pelos atingidos, necessidade de gerar fatos novos legitimadores permanentemente, etc. Quem está na máquina muitas vezes idealiza o mundo da pesquisa. Quem sai do mundo da pesquisa e entra na máquina política dificilmente retorna, não só porque sua perspectiva de tempo muda mas também porque o esforço necessário para reentrar numa vida mais reflexiva e crítica bem como para colocar-se ao dia com as leituras necessárias é verdadeiramente enorme.

2. Esta última afirmação é consequência - muitas vezes nefasta, porque se acompanha de preconceitos e tolices na avaliação do papel da pesquisa universitária - do fato concreto de que perde-se muito tempo e muito esforço com investigações e teses que nem sempre mostram qualquer relevância para o avanço do conhecimento e para indicações práticas para a ação. Além disso, quando de fato contríbuiem, elas dificilmente oferecem receitas ou são passíveis de tradução pragmática imediata. Outras questões tomaram o lugar, na cabeça dos que percorreram este caminho da pesquisa à atuação como *policy-maker*, de indagações que a pesquisa pode eventualmente responder, mas que nem sempre estão colocadas de maneira adequada pelos pesquisadores. Mais importante que saber como aprende uma criança pode ser a decisão de deixar sobreviver ou extinguir um pedaço da burocracia educacional, cujo julgamento pode facilmente depender muito mais de condições, preconceitos e critérios políticos do técnicos. Juntar as duas considerações é certamente mais difícil do que parece.

Perguntar-se sobre a relação entre pesquisa educacional e decisão política significa colocar, pelo menos, de saída, duas questões: a da relevância da pesquisa e seus produtos e a da competência, sensibilidade, conhecimento da área de atuação e projeto político

---

<sup>1</sup> Professora aposentada da UFRJ, estudou Educação, Sociologia e Romanística na Universidade de Frankfurt/M, doutorando-se em 1978. Dirige atualmente o Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), no Rio de Janeiro, onde desenvolve pesquisas com o apoio do CNPq, FINEP e Fundação Ford. Bolsista do CCDT/CNPq. Este texto se encontra em: Warde, M. (org) **Educação escolar no marco das novas políticas educacionais**, 1998

subjacente à ação dos tomadores de decisão. Em ambos os casos é preciso um longo período de maturação política. Custa tempo e maturidade conseguir que a escolha dos temas de pesquisa sejam pertinentes, relevantes, factíveis de trazerem novos conhecimentos considerando as condições periféricas do país. Não se trata, evidentemente, de defender a posição de Guerreiro Ramos quando ele atacava - a partir de um Instituto criado dentro do Estado - as investigações sem nenhuma urgência ou relevância para a transformação nacional, nem supor que tudo deva render-se ao pragmatismo de *A Redução Sociológica*<sup>2</sup>. Na vida intelectual deve haver espaço para todo tipo de incredulidade, contestação, saudáveis preocupações literárias e até mesmo para ortodoxias as mais diversas, pois delas sempre pode emergir o inesperado, além de servir de contraponto para que as demais posições se esclareçam. Do lado da administração, chegar a colocar as pessoas certas nos lugares certos é mais um acaso político do que uma decisão de governo. Sem querer ser muito “carioca”, lembro-me que Hélio Jaguaribe costumava dizer, nos anos 50, que o Brasil era um país que parecia não ter passado: sempre começava tudo do zero<sup>3</sup>. Fundamentalmente porque, como os novos ignoravam o anteriormente aprendido, também desperdiçavam a força de trabalho já especializada, sua potencial concorrente. O campo de educação sempre foi, nesta matéria, um campeão: sempre deu as cartas quem não era do ramo. Quando começava a aprender, a descobrir razões subjacentes pouco explícitas, a ver que o setor tinha uma história e estava enraizado de um determinado modo na cultura e na política, já estava na hora de ir para casa.

3. A pesquisa acadêmica tende a não se comprometer com soluções práticas. Mais bem oferece indicações, apresenta conclusões bi-frontais pesando cada uma delas e chamando a atenção para as contradições. Quando parte para indicar caminhos mais precisos e encontra terreno fértil onde germinar pode desembocar em formulação de políticas, mas aí muda o plano da discussão. Em primeiro lugar porque nem sempre o resultado das pesquisas indica caminhos efetivamente compatíveis com as orientações dos partidos ou grupos no poder e precisam ser “adaptados” como instrumento de legitimação. Em segundo lugar, porque depois desta primeira *démarche*, passamos à distância entre as deliberações legais e governamentais e sua implementação. O tamanho do abismo, aí, depende de inúmeros fatores que não estão sob controle. Mas, qualquer que seja ele, a distância é sempre grande e é por isso que os planos nunca ou quase nunca vingam. A realidade é que se vinga deles. Para sair do plano puramente abstrato, cito aqui comentário de um professor numa reunião bi-semestral, em tom irônico, a respeito da mais nova reforma: “Vocês precisam atender as necessidades dos diversos segmentos, não ferindo a individualidade do aluno. Gostaram? É assim que o pessoal da Secretaria fala. Quando eu estiver num cargo da Secretaria vou escrever esses documentos cheios de palavras bonitas e mandar para vocês discutirem.”<sup>4</sup>

4. Este comentário nos leva à constatação de que os *policy-makers* o mais das vezes não confiam nos pesquisadores, mesmo quando o tenham sido anteriormente (*et pour cause...*), não apenas por seu descomprometimento da prática e por razões ideológicas, mas também porque a sua distância da realidade é tão grande quanto a dos pesquisadores - e esta realidade precisa ser disfarçada. Não raro, mantém-se uma justificativa acadêmica para propostas práticas, mas aí a tentativa de adaptação pragmática termina por não agradar nem

---

<sup>2</sup> Ramos, Guerreiro. *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro, MEC/ISEB, 1958.

<sup>3</sup> Jaguaribe, Hélio. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, MEC/ ISEB, 1958

<sup>4</sup> Pesquisa sobre 3 escolas municipais do Rio de Janeiro, soordenada por Vanilda Paiva e financiada pela Fundação Ford.

a gregos nem a troianos. Ou seja, a “amarração” da prática à teoria exige mais consistência do que em geral se encontra na realidade concreta da política. Por outro lado, se parece velho falar em “torre de marfim”, no sentido de que a burocracia se encastela nos gabinetes e não sabe o que ocorre nas escolas (além de acusar os pesquisadores deste pecado, aliás, o mais das vezes com justa razão), esta não é uma expressão sem sentido. Pesquisa empírica é cara, demanda um perfil que nem sempre se encontra nas universidades ou centros de pesquisa; mas também a disposição da burocracia de ir à realidade parece ser pequena e ela termina lidando com informações de segunda e terceira mãos e considerando o pesquisador como um ser ainda mais distante e menos capacitado a dizer algo sobre a realidade escolar. Verdade seja dita: o poder tem artimanhas das quais ninguém escapa. O poder não ouve. *O poder fala*. Para falar precisa da *sua* verdade, sem a qual se deslegitima; e se eventualmente este discurso *pinça* da pesquisa, sua lógica é outra.

4. Não há que esquecer, porém, que existe uma parcela da pesquisa que é de natureza prática, aplicada. Mas seus resultados podem não ser de simples consecução e generalização, inclusive por carência de recursos financeiros e humanos. Nem sempre por ser aplicada a pesquisa tem mais chances de influir na decisão política. Em primeiro lugar porque é considerada “menor”, ou seja, com menor *status* e, portanto, menor poder de legitimar decisões; em segundo lugar, porque frequentemente se refere a aspectos restritos do processo educacional, quando a política precisa de suportes abrangentes. Por fim, porque frequentemente os pesquisadores se vêem a braços com hoje cada vez maior volume de dados e nem sempre tem a possibilidade - teórica, técnica, de pessoal, de tempo, etc - para absorvê-los e digeri-los num conjunto interpretativo coerente.

5. Não é fácil para a lógica do poder considerar a pesquisa como um espaço de liberdade necessário, um espaço de criação e de crítica. De saída porque, com recursos escassos em países pobres, é preciso otimizar sua alocação. De resto, quem fez a experiência de estar em ambos os lados (na academia e no governo), sabe que é difícil manter abertos os espaços de crítica e criação quando se está no calor da luta política. O normal é a paranóia: quem não é por mim, é contra mim. Não nos esqueçamos da máxima stalinista que faz, sempre, discípulos em qualquer época e em qualquer parte - e não apenas no que concerne ao poder do Estado, mas a qualquer poder, como o dos partidos ou dos grupelhos: tacape na cabeça do “aliado vacilante”, agrados e diplomacia aos verdadeiros inimigos. O resultado disso para a formulação de políticas públicas não pode ser boa, porque não nasce de debates que tenham por objetivo torná-las as mais adequadas às necessidades da população.

6. Fácil é, pois, cair na funcionalização da pesquisa. Aliás, esta é uma tendência que está assinalada em muitas partes e que Mirian Warde e eu pontualizamos na introdução ao livro *Dilemas do Ensino Superior na América Latina*<sup>5</sup>. Pesquisa-se aquilo que parece conduzir a respostas a questões que precisam de solução - evidentemente, como todos os *bias* possíveis de quem assigna os recursos. Por toda parte afirma-se que há pouco dinheiro para pesquisa básica, que as pesquisas devem ajudar a vencer a recessão e o desemprego, a baixa qualidade do ensino, as dificuldades políticas. Devem, pois, ter uma finalidade prática que não é o conhecimento em si, mas a sua aplicação para a solução dos problemas de hoje. Voltando aqui a Guerreiro Ramos, ele não pleiteava outra coisa, embora dentro do quadro do nacionalismo e do desenvolvimentismo. Era preciso voltar-se para a realidade

---

<sup>5</sup> Paiva, V./ Warde, M.J. Anos 90: o ensino superior na América Latina. In: Paiva/Warde (org). *Dilemas do ensino superior na América Latina*, Campinas, Papirus, 1994.

brasileira, “converter-se “a ela no sentido de buscar soluções que levassem ao seu desenvolvimento. Claro, a “globalização” dos anos 90 faz parecer ridículo o nacionalismo dos anos 50, mas em ambos os casos as definições podem ser estreitas e qualquer um de nós pode ser vítima de semelhante funcionalização. Fazendo aqui uma auto-crítica pública, creio que em função de preocupações fortemente ideologizadas não fui capaz de perceber os fragmentos de verdade e sabedoria na obra de autores como Oliveira Vianna ou Gilberto Freyre<sup>6</sup>. O racismo do mulato Oliveira Vianna precisava ser combatido, mas - por maior que tenha sido sua atração por Gobineau - ela não destruía toda a sua obra, do mesmo modo que a influência de Franz Boas e o caráter literário dos escritos de Gilberto Freyre não tornaram seus livros menos espetaculares. Em resumo, funcionalização e ideologização extrema são elementos que podem empobrecer a pesquisa e amesquinhar a vida intelectual em geral. São perigos que estão sempre a rondar a mesa.

7. Por fim há que ressaltar mais uma vez que não é possível acreditar em processo decisório coerente de cabo a rabo, como sempre creem os acadêmicos em busca do sentido último da história. Não repito o que já disse no item 3. Mas ressalto que as mediações necessárias à mistura de acaso e necessidade na qual se engendram os acontecimentos, faz com que planos e projetos sociais possam se converter em seu contrário e, com mais frequência, em algo novo e totalmente inesperado. A burocracia está cansada de saber disso. Dou como exemplo concreto o caso da criação do FNDE. A idéia que levou à sua criação era apoiar o desenvolvimento do ensino superior; terminou sendo um fundo para o ensino básico que, por longo tempo, usou seus recursos em construções escolares. Acaso e necessidade caminham junto com interesses, falta de clareza e de vontade política e injunções de toda a sorte.

### **A pesquisa universitária em transformação**

Lembradas tais premissas creio que devemos aqui enfatizar as grandes transformações pelas quais o mundo está passando e que incidem sobre a política e a pesquisa educacionais e sobre a forma de apropriação da segunda pela primeira. Claro que hoje é trivial falar em globalização, crise fiscal dos Estados, mudança de paradigma econômico-social, mutação profunda nos Estados de Bem Estar. Não era bem assim no início dos anos 80. No final daquela década, depois de um curso sobre o assunto, cortaram meus textos em algumas cátedras em Buenos Aires. Entramos no tema com pelo menos 10 anos de atraso, salvo raras exceções, como o CEBRAP e o Instituto de Economia Industrial da UFRJ, do qual provenho. E mesmo assim até bem pouco tempo não eram poucos os que, entre nós, fechavam os olhos para os efeitos das transformações no trabalho provocadas pela tecnologia sobre as estruturas e as possibilidades de bem estar nas sociedades deste final de milênio.

Hoje parece supérfluo falar sobre o impacto da revolução provocada pela micro-informática e pela revolução nas comunicações sobre a configuração dos diferentes setores produtivos (esvaziando os setores primário e secundário e empurrando massas de homens e mulheres para o terciário, para o trabalho precário, para a conta-própria ou para o setor dito “informal”), sobre a desestruturação dos mercados de trabalho e sobre a vida concreta das

---

<sup>6</sup> Paiva, V. Oliveira Vianna: nacionalismo ou racismo. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nr. 3, 1978.

pessoas. Mas se as consequências mais abrangentes do fim da era keynesiana, produto da revolução tecnológica, talvez ainda não possam ser competamente apreendidas, no que concerne à pesquisa os movimentos atuais podem ser detectados:

1. Falta dinheiro para a pesquisa básica e, nos países periféricos, chega-se a defender a idéia de que ela aqui não faz sentido. Para nós, bastaria a pesquisa aplicada.

2. As universidades estão em crise em toda a parte e não apenas porque reduziram-se os recursos para a pesquisa, mas porque sua democratização - e, portanto, multiplicação do número de alunos (mesmo que não seja este o caso brasileiro) - nas últimas décadas demanda um número maior de professores em época de restrição do número de postos docentes;

3. Estão também em crise porque, com a abundância de diplomas e a generalização de conhecimentos que se adquirem pelos meios de comunicação, a importância relativa do ensino superior em relação aos demais níveis se modificou;

4. A crescente consciência a respeito de que algo não vai bem na interface entre a universidade e a vida econômica é resultado da modificação das condições que tiveram vigência ao longo dos anos de estabilidade e abundância. A uma nova era apoiada sobre a oferta, a sofisticação, o emprego precário, o desemprego, a exigência por eficácia e elevação da eficiência com intensificação do trabalho, corresponde maior individualismo, compatível com o enfraquecimento dos sindicatos - na medida em que as conquistas clássicas de padronização de salários, local e horário de trabalho se reduzem não pela luta política, mas pelo impacto da tecnologia e pela desregulação do mercado de trabalho.. A esta desestruturação corresponde à individualização da luta ou da revolta. A revolução política que derruba o muro de Berlin está imbricada com a revolução na tecnologia.

5. Em tal contexto, o que vai mal entre a universidade e a economia é a ineficiência da primeira em função das metas da segunda, num mundo mais competitivo e cheio de insegurança. Critérios empresariais e não acadêmicos passam a julgar a pesquisa. Utilitarismo e curto prazo passam a ser elementos importantes neste juízo. Para tanto, creem muitos *policy-makers*, por que não substituir cientistas por administradores na gestão dos recursos da pesquisa. Este é um tipo de miopia característico do poder, pois retira o poder de decisão dos que efetivamente conhecem o campo e não raro os desestimula lançando-os ao tacho ressentido do baixo clero.

6. Se os padrões empresariais são pouco compatíveis com a tranquilidade necessária à criação e à vida universitária, cada país terá de encontrar - de acordo com suas tradições e suas expectativas de futuro - a equação que comandará este impasse. No melhor dos casos se está impondo aos acadêmicos que se tornem simultaneamente empresários na área da pesquisa, ou seja, que tenham êxito no *business* de conquistar dinheiro para investigações que serão mais funcionais ou mais acadêmicas de acordo com a habilidade do negociador. Pretende-se, porém, que a academia busque nas empresas parte substancial dos recursos de que necessita para levar seu trabalho adiante, o que resulta em funcionalização da pesquisa e desperdício de tempo ultra-especializado..

7. Se a educação profissional se “purificou” na universidade pelo exercício da abstração e pelo descolamento de suas origens e ainda pela desvalorização da função profissional através da pesquisa, estamos diante de um mundo que está menos interessado no “enobrecimento” trazido pela pesquisa do que no lucro que ela possa gerar e isto altera profundamente a posição relativa das profissões na sociedade. Este re-ordenamento social das profissões também inclui a profissão de pesquisador no *ranking* das diferentes áreas.

8. A pesquisa - nela incluída a educacional - está instada a buscar recursos e justificativa nos meios empresariais, dizer para que serve, a que veio, que produto colocará em cima da mesa e qual o seu valor de mercado.

9. Em tal contexto, embora a privatização seja uma tendência dominante, em cada parte do mundo este processo tanto quanto o de subsunção da investigação aos interesses diretos do capital, se dará de acordo com a forma de enraizamento da vida universitária na cultura local, com o tipo de liderança política com a qual as forças sociais que a representam poderão negociar e com o peso relativo dessas mesmas forças.

10. De modo geral é preciso entender que os novos paradigmas político-econômicos, ao imporem austeridade e submissão, reduzem os graus de liberdade da vida intelectual - que sempre foi privilégio das classes abastadas, porque precisa de ócio para florescer. Estamos frente a uma clara restrição, a uma perda de força da democracia de que 68 foi um ponto importante de cristalização. Frente a ela é preciso também reconhecer que, aqui e alhures, no meio educacional e em outros, produziu-se muita bobagem, muita cópia e muita repetição, que boa parte das pesquisas são não apenas redundantes mas inúteis, um monte de palavras que sequer conseguem ser belas. Este fato incontestável enfraquece a defesa dos recursos hoje. Da mesma maneira que a redução dos prazos para completar mestrados e doutorados é uma pressão daninha, porque nem leva ao êxito formal os que já se decidiram manter-se nos programas somente durante a duração das bolsas, nem permite que trabalhos realmente bons amadureçam suficientemente.

11. Mas, é preciso também reconhecer que - nas áreas humanas, com uma sobrevida especial nas áreas aplicadas da educação e do serviço social - o movimento exegético que se iniciou nos anos 60 continua a pleno vapor. Pouco adiantou cair o muro e os deuses terem à mostra seus pés de barro. Em muitas partes continuamos tendo leitores de um livro só e infundáveis exegeses que, para quem já viu esse filme há muito tempo e além disso continuou assistindo-o com os olhos bem abertos, tornou-se desinteressante, enervante e aborrecido.

### **Exkurs: os ouvidos moucos da administração à pesquisa com um pé na empiria**

Acredito que depois de tantas considerações abstratas, nada melhor que o banho de realismo capaz de nos ser dado por uma pesquisa etnográfica. Passar um ano e meio nas escolas, seguir um coorte escolar ao longo de 8 anos, assistir a todos os conselhos de classe, anotar as particularidades de cada dia escolar, coloca qualquer acadêmico em confronto com suas idéias. Trago aqui alguns exemplos da concreta pesquisa que fizemos nos últimos dois anos e que tem encontrado poucos interlocutores, mostrando que se a exegese continua a estimular os espíritos, os dados da realidade concreta mal conseguem ser ouvidos pelos *policy makers*:

1. Seguimos a coorte escolar que se inscreveu em 1988 em 3 escolas municipais do Rio de Janeiro. Como resultado constatamos uma imensa mobilidade inter-escolar que se intensifica com as greves e nas áreas mais urbanas também com o passe escolar, que não tem a ver apenas com as tentativas de escapar à reprovação mas com a enorme mobilidade da população (principalmente de crianças de jovens que circula pela família extensa). Apesar disso não há qualquer dúvida: os alunos movem-se menos no meio rural, numa escola com altos índices de retenção e de repetência; movem-se dramaticamente onde as opções e os chamamentos da vida externa são múltiplos; movem-se menos dramaticamente

onde a escola adaptou-se ao meio de tal modo que a “cultura escolar” cedeu espaço à “cultura mundana” dos segmentos pobres e preenche mais claramente novas funções, conseguindo mais precariamente dar conta de seu mandato escolar. De qualquer forma os níveis de sobrevivência são dramaticamente baixos, o que incide certamente sobre o rendimento dos alunos que reiteradamente precisam adaptar-se a novas situações. É verdade que os índices não diferem grandemente dos encontrados nas metrópoles no país: de 178 alunos novos em 88 chegaram no devido tempo à 8ª série apenas 14 (7.86%), sobreviveram na escola inicial 38 com 49 repetências acumuladas entre 24 alunos, ou seja, mostrando uma média de 2,04.

2. A pauperização docente nos últimos anos incide não apenas na auto-estima dos professores, na sua cultura - posto que sua extração social é declinante -, numa linguagem rabelaisiana colada ao linguajar dos alunos, mas também na resistência da administração, dos pais e dos próprios alunos em cobrar qualquer ação pedagógica mais eficiente (“eles não ganham para isso”). Estamos frente a professores que são ironizados pelos alunos que desprezam a merenda escolar (porque ela passou a ser a linha divisória entre quem é verdadeiramente pobre e quem não é) e que afirmam serem eles (os professores) “viciados naquela comida”, em que docentes vestem o uniforme da escola pública para evitar despesas de transporte, em que - por não disporem mais as escolas de figuras escolares intermediárias tradicionais - precisam confrontar-se diretamente com os alunos, expondo sua autoridade a cada momento e vendo-a diluir-se ante seus olhos. Não há figura de identificação que resista a tal situação e a tais embates, apenas para lembrar que este é possivelmente o mecanismo mais importante na aprendizagem. E se a crise fiscal do Estado dificulta corrigir tal situação, existem mil e uma combinações e medidas para minorar esta situação; mas é preciso que a burocracia queira ouvir e atuar de forma compatível.

3. O quadro acima é agravado pela violência urbana e o tráfico de drogas em áreas onde se situam escolas. Diretores são obrigados a buscar apoio no “dono da área” porque representam um Estado a cujo poder escapa aquela população e sofrem pressões para não reprovar filhos e parentes dos líderes, suas namoradas, etc. A autoridade do professor e do diretor é, assim, corroída e os padrões disciplinares dentro da escola se deterioram.

4. A discriminação dos alunos pelos docentes, em cuja manifestação a sua linguagem rabelaisiana é imbatível, só se iguala à violência entre eles mesmos e entre eles e os próprios professores. Exemplos de manifestações dos professores: “Eu perguntei a ele se ele tinha comido títica. Ele me jogou um pedaço de giz na minha cara e disse que era porque eu estava escrevendo com um pedaço muito pequeno”. Aqui o professor aceita a explicação e disfarça a agressão do aluno porque não pode escalar neste tipo de confronto. Mas muitas manifestações são unilaterais e não deixam dúvida sobre preconceitos e discriminação:

‘Esse garoto é uma praga mesmo, é uma dessas criaturas que Deus produziu num dia em que estava putó’. ‘Há turmas cheias de debilóides, de múmias paralíticas. Aquelas alunas são uns estrupícios, morreram e se esqueceram de se deitar’. ‘São ignorantes, burros, marginais, retardados. Não querem nada. Vão morrer crivados de balas e com a boca cheia de formigas’. ‘Ah, já sei, é aquele símio mal cheiroso, que usa desodorante de urubu’.

Mas há casos em que a resposta do aluno torna-se irresponsável pelo nível da ameaça nela contida. Os alunos ameaçam os professores de “porrada”, vão discutir a aprovação com revolver na mão, tratam-se com grande dose de violência por qualquer senão. Reina um

enorme clima de infelicidade nas escolas mais desorganizadas e os professores são os primeiros a declarar não apenas que morrem de medo como que precisam tomar tranquilizantes para poder continuar na profissão.

Este banho de realidade é somente um **Exkurs** que serve para chamar a atenção para a complexidade e a dramaticidade da realidade concreta e para ressaltar o fato de que os *policy makers* nem sempre estão dispostos a banhar-se nestas águas. A conexão com o que diremos em seguida é evidente por si mesma.

### **Globalização e importação de modelos**

Estamos no país da importação de idéias, por mais que se possa dizer que somos caipiras frente à globalização. É possível que eu mostre aqui o meu *bias* carioca opondo a denúncia da importação mastigada e ruminada do velho ISEB ao caipirismo afrancesado assumido noutras partes do país. Mas não é por saudosismo que ressuscito aqui velhos debates; vejo a necessidade de atualizá-los, de refrescar a memória para poder melhor pensar o presente. Dizia o paulista renegado por um divórcio Roland Corbisier<sup>7</sup> que o país precisava voltar-se para o próprio umbigo e deixar de ter os olhos postos na velha Europa. O que se propõe naquele começo dos anos 50, sob o impacto da vitória do populismo varguista? Rever, discutir, voltar a cabeça para o país que temos, tentar entendê-lo, dar-lhe uma direção de futuro. Fizeram-no bem os que a isto se propuseram? Dificilmente alguém responderia com um sim a esta pergunta e não apenas pelos erros básicos de interpretação da realidade brasileira pelo isebianismo ou pela diversidade entre eles, mas porque suas respostas já não correspondiam mais ao espírito do tempo em que a deram. Olharam o Brasil com os olhos de Prebisch e, por meio deles, em última instância, com os de Keynes e de Beveridge, ou seja, olhos da velha Europa - e erraram quando tentaram tocar o cerne da questão brasileira. Erraram junto com o continente, que se balizou pelo estruturalismo cepalino. Erraram, foram tão unilaterais quanto os defensores da teoria da dependência, mas tentaram e não eram uns ignorantes. Mas nem por isso mereceriam hoje um sim. No entanto, no bojo do muito que disseram certamente existem verdades que devem ser resgatadas.

Olhar a realidade brasileira, interpretá-la corretamente com uma perspectiva de futuro buscando intervir na sua moldagem - eis o problema de hoje, e de sempre. Os isebianos cometeram o supremo pecado de pensá-la como inevitáveis teorias vindas de outras partes mas “reduzidas” à realidade local, escolhidas, filtradas; erraram na avaliação das forças internas e pagaram o preço de esquecerem o peso da determinação externa. Espero que não estejamos cometendo, ao menos em alguns setores, o erro contrário. Cabe aqui lembrar Roberto Schwartz e se perguntar se as idéias que nos chegam hoje estão ou não no lugar. Claro, a globalização muda muita coisa neste cenário e nas possíveis respostas, mas não muda tudo, porque as culturas nacionais não viram tábula rasa nem por fascínio pelo exótico nem pela pressão dos recursos das instituições internacionais. Ao contrário, só seremos capazes de nos apropriar do que vem de fora com consciência e de forma adequada às nossas peculiaridades, selecionando o que nos serve e descartando o que nos atrapalha, na medida em que valorizamos o que é nosso. Reconheço que esta é uma afirmação voluntarista e que possivelmente tenha pouco a ver com o tipo de assimilação semi ou inconsciente a que se refere Schwartz; mas estamos aqui tratando de política - e, portanto,

---

<sup>7</sup> Corbisier, Roland. *Formação e Problema da cultura brasileira*. MEC/ISEB, 2a. ed., 1959.



de decisões que, em meio a contradições que as transformam, recortam duramente e mudam a realidade - e não de literatura, de modo que o nível de voluntarismo pode ser mais elevado. Mas nem por isso podemos ter a pretensão de entender tudo e agir ‘sem ideologia’, ou seja, apoiados no mero “conhecimento positivo” de um novo contexto histórico. Hoje em dia não há redução de complexidade capaz de nos por nas mãos caminhos completamente seguros, mesmo que acreditemos serem eles dedutíveis de refinadas análises que hoje se querem positivistas.

Em matéria de educação seguimos Portugal, ou seja, copiamos da França. Até porque Portugal nunca foi a Pátria-Madre que a Espanha ainda é para a maioria dos países do continente. Tremo nas bases ao pensar em propiciar ou aceitar incursões de modelos hispânicos porque - afinal - nossa mistura afro-lusa goza dos privilégios de uma irreverência que o mundo hispânico desconhece. Livremo-nos dos riscos da hierarquização autoritária e de cristalizações arrogantes que a história fez o favor de não nos legar. Diferente é a saudável entrada no mundo a que nos empurra a globalização: as idéias circulam mais rápido, podem ser apropriadas, discutidas, transformadas, digeridas, descartadas com maior facilidade e eficiência, dependendo do quanto sirvam a realidades nacionais e regionais concretas, através de um processo que constrói consensos políticos de diferentes amplitudes. Tecnologia e pesquisas externas entram por todos os lados, pela porta da mercadoria mas também em letra de forma ou na forma de pressão de diferentes tipos.

Aqui se coloca a discussão de uma questão fundamental na vida nacional hoje em dia: em que medida um país periférico precisa de pesquisa própria? Em que medida a internacionalização e o desenvolvimento das comunicações descarta o intelectual local como formador de opinião, propicia a busca de legitimidade lá fora - de onde se cai de para-quedas sem compromissos nem conflitos? Em que medida torna-se mero desperdício de recursos investir em pesquisa básica e mesmo em pesquisa aplicada, se em outros países ela já está mais avançada e tanto tecnologia quanto conhecimento básico podem, até certo ponto, ser comprados lá fora? Há quem responda a estas questões de forma clara com um “não vale a pena financiar pesquisa nacional” se é mais barato e eficiente importar. Talvez aqui e ali se encontrem “nichos” de tecnologia nacional que podem ser apoiados. Mas, de modo geral, por que não fazer adaptações rápidas do que noutros países custou anos de esforço, reflexão e dinheiro? Claro, o modelo japonês do passado já não é viável, mas algo dele pode ser ainda aproveitado. Em suma, tem sentido pesquisa na periferia? Tem sentido ainda o “enobrecimento” do que escapa à atividade profissional concreta *via* pesquisa, ou muda o *status* do pesquisador - cuja posição dominada e secundária é ressaltada pela internacionalização do saber e de sua apropriação?

Estas são questões que estão na ordem do dia e determinam a reestruturação dos organismos de apoio à pesquisa. Afinal, onde está a prioridade, no apoio ao pesquisador ou no empréstimo com baixos juros a verdadeiros idiotas que dizem representar o empresariado ou ainda na oferta de capital de giro a lojas à beira da falência? Faz sentido financiar a pesquisa individual daquele que quer ficar no seu escritório mexendo com livros ou só se deve entregar algum recurso a grupos com poder de multiplicação? São questões que a miopia pode responder de maneira torpe, porque múltiplos são os caminhos, os estilos, as necessidades e as motivações. Ao fim e ao cabo, a pesquisa não vive só de seus resultados mas de seu processo, não forma apenas pesquisadores, mas cidadãos potencialmente portadores de futuro. A re-descoberta tecnológica ou a descoberta em cima

da apropriação externa precisa de gente que só se forma *sur place*, no sentido de dentro dos laboratórios, dos institutos de pesquisa e das universidades. Os limites da internacionalização são também os limites da importação ou da cópia. Não se trata de fascínio pelo mundo global a ponto de se adotar a posição das velhas elites denunciadas pelo ISEB. Ao contrário. Trata-se de aferrar-se às raízes, aos costumes locais e de ver o mundo com a desconfiança saudável e a boa fé de quem, marcado pela luta pela vida, sabe que não é a qualquer preço que se chega a um bom destino.

Isto não significa, evidentemente, uma posição de rejeição do que vem de fora nem a falta de reconhecimento que há que compensar o “atraso”. Não cabe hoje defender os “privilégios do atraso”, como o fizeram os populistas russos do século passado e o defenderam certas correntes pedagógicas em moda na educação popular dos anos 70<sup>8</sup>, mesmo que se possa concordar que alguns “privilégios” não são ilusórios. Mas gostaria de dar aqui um exemplo controvertido. Entrou em moda a questão da avaliação. Deixemos de lado as razões de tal fenômeno, para concentrar-mo-nos no fato. Há uma posição dominante nos meios educacionais, em especial entre as esquerdas, contra as medições. Mas hoje há também tentativas de medição comparativa, com grande avanço tecnológico em outros países, das quais não temos por que ficar de fora. Os balizamentos que as avaliações podem propiciar não se esgotam nela mesma, mas se espalham para o livro didático, para a construção de currículos, etc. Trago aqui este exemplo para não ficar com cara de fóssil isebiano *enragée*, que nunca fui nem serei. Mas é preciso que as pessoas adquiram clareza teórica a respeito de por que são favoráveis ou desfavoráveis a procedimentos, metodologias e idéias e que mostrem um mínimo de coerência política, porque - afinal - é fácil jogar a face esquerda para a platéia recebendo ao mesmo tempo os contratos, os recursos e a corte dos que denunciam como sendo a direita.

### **Passado de uma ilusão, colapso da modernização ou boa prudência caipira?**

Os rumos da pesquisa neste mundo transformado pela tecnologia, pós-industrial no sentido de que o operariado já não constitui a maioria da força de trabalho e os que logram manter-se no mercado formal de emprego não encontram condições propícias à luta sindical, em que as teorias da totalidade social foram dando mostras de esgotamento e insuficiência desde há pelo menos duas décadas, tem tudo a ver com o seu próprio produto. Mas entre considerar que isto é consequência de estarmos diante do “passado de uma ilusão”, como pretende François Furet, ou do “colapso da modernização”, como quer Robert Kurz<sup>9</sup>, há um abismo de perspectivas frente ao drama histórico de homens e mulheres das gerações que viveram por décadas a felicidade da ilusão e da crença até baterem com a cabeça num muro estilhaçado. O drama contado e analisado academicamente oculta todo tipo de atrocidades - e isto porque sequer chegamos a falar da revolução cultural chinesa<sup>10</sup> nem do seu ápice do Cambodja Khmer anos depois e evitamos as referências às lutas e às formas de fazer política como as retratadas nos romances de Irmãil Kandaré, em especial em *O*

---

<sup>8</sup> Paiva, V. Anotações para um estudo do populismo católico e a educação no Brasil. In.: Paiva, V (ed). *Perspectivas e Dilemas da Educação Popular*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

<sup>9</sup> Kurz, Robert. *O colapso da modernização; da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

<sup>10</sup> Cheng, Nien. *Life and Death in Shanghai*. NY/London, Penguin, 1988.

*grande inverno*.<sup>11</sup> Basta conhecer, aqui mesmo na periferia, a história dos bastidores dos partidos de esquerda desde a revolução de outubro.

A notoriedade de Robert Kurz, autor de um livro escrito no calor da hora da debacle (1991), no Brasil é algo um tanto intrigante. Mas, não podemos descartá-lo exatamente por ela, mesmo que seu livro seja mais um ensaio jornalístico que um trabalho acadêmico. A tese fundamental de Kurz é conhecida de longa data: o chamado “socialismo real” faleceu subitamente não apenas porque tentou realizar “as idéias mercantilistas tardias de Fichte”, ou seja, por ser herdeiro do romantismo nacionalista alemão, mas porque - claro - nunca poderia ter sido socialista. Mantendo-se como sistema produtor de mercadorias, teria realizado apenas uma inversão do sinal de “classe”<sup>12</sup>, numa ditadura modernizadora burguesa e jacobina, apoiada sobre as “formigas azuis”, soldados de trabalho com sua vida cotidiana de caserna terrivelmente monotona. Sua debacle não significa, pois, a vitória do Ocidente, mas a “libertação da ilusão de um socialismo concebido na base da sociedade do trabalho e imanente ao capital. Ainda não surgiu nenhuma perspectiva social nova, que transcenda o sistema produtor de mercadorias; assim, aqueles que realmente se despediram das velhas ilusões, trocaram-nas por ilusões novas”<sup>13</sup>.

Kurz apresenta uma visão catastrofista, prevendo um futuro como “fim infeliz da história” cheio de surtos de violência cega a todos os níveis”<sup>14</sup>, muito embora deixe aberto o caminho para uma utopia construída sobre a base de um problemático “terceiro setor”. Os destinos do Terceiro Mundo, ele o vê - junto com o Leste Europeu - caindo para fora do sistema mundial, sem que a esquerda possa juntar forças suficientes para “uma nova virada” - posto que, nesta crise, revelar-se-ia “todo o marxismo da história como parte integrante do mundo burguês da mercadoria moderna, sendo por isso atingido ele próprio pela crise”<sup>15</sup>. Para países como o Brasil, não haveria futuro frente à reestruturação produtiva e suas consequências sociais, políticas e econômicas que obriga à recomposição das forças mundiais e a revisão dos sistemas vigentes. Interpretações como esta podem nos levar à impotência e ao inferno, não apenas por afirmar que a ilusão acabou, mas que não há futuro para a maior parte dos povos. Ele não está isolado neste pessimismo. O arquiacadêmico Wallerstein, ao discutir as perspectivas do mundo até o final do primeiro quartel do próximo século, deixa completamente de lado o continente africano e a América Latina<sup>16</sup>. De fato, terminou a simpatia pelo Terceiro Mundo, a solidariedade abstrata entre os povos, a chamada “ajuda ao desenvolvimento”, governos e povos do norte mostram uma aguda consciência de que o globo não contém riquezas suficientes para sustentar por toda parte o nível de vida dos países desenvolvidos como se deu por suposto ao longo do desenvolvimentismo de todos os coloridos. Estamos frente a uma nova moralidade, um hobbesianismo que corta o globo em fatias, do mesmo modo que penetra os indivíduos e atravessa as instituições. Mas supor que este é o fim da história é vê-la com olhos míopes, é subestimar tanto as forças já demonstradas pelo capitalismo para superar suas contradições, como o movimento pendular permanente da política, que ressuscita seus contrários quando

---

<sup>11</sup> Kadaré, Ismaïl. *Le Grand Hiver*. Paris, Fayard, 1978.

<sup>12</sup> Kurz, Robert. op. cit. p. 45.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 141.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 199.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 227.

<sup>16</sup> Wallerstein, Immanuel. The Global Possibilities, 1990-2025. In: Wallerstein, Immanuel/ Hopkins et al. Terence et al. *The age of transition. Trajectory of the world system 1945-2025*, London, Zed Books, 1996.

de seus êxitos mais radicais. Para voltar ao nosso assunto educacional: acaso a Inglaterra não teve que, depois de anos de radicalização tatcherista, retornar ao financiamento dos estudantes de nível superior?

Para contrastar com o estilo de Kurz e sem repercussões ainda visíveis, posto que publicado em 1995, o livro de François Furet - este francês radicado em Harvard - é de natureza eminentemente acadêmica e prudente o bastante para não pretender tirar - no Epílogo - todas as consequências do “começo do fim” no XX Congresso de 1956. Mas ao indicar esta data como prenúncio do falecimento constatado no início dos 90, ele defende teses muito claras: a desestalinização se deu através dos mesmos métodos stalinistas, mesmo que de maneira histriônica. E o totalitarismo é filho dileto de convicções enraizadas não apenas na direita, mas também na esquerda. Diz ele que, se se supõe que o atuar na história libera das incertezas da história, posto que a ação revolucionária revela e realiza as leis do desenvolvimento, não há bebida mais embriagante para o homem moderno, privado de Deus, porque tal idéia unifica a liberdade e a ciência dessa liberdade.<sup>17</sup> A organização das regras e da lógica do então chamado “Estado Proletário”, obra ainda de Lenin mesmo que ele nos seus últimos dias tenha percebido os perigos da tal regime, foram aceitos como deduções lógicas da *Diamat*, “mas os filósofos da história tropeçavam na história real antes de ter realmente começado a atuar”. Neste caso, não se pode dizer que a educação ou o enriquecimento produzam necessariamente comportamentos políticos mais racionais, porque o poder embriagador da idéia de revolução sobre o espírito das massas pode ser dissociado de seu conteúdo, mantendo-se apenas como traços que se dirigem à imaginação dos modernos e que são um modo de realização do tempo histórico<sup>18</sup>.

Sabemos hoje, mesmo a contra-gosto, que a história da realização do marxismo no mundo concreto é uma história de violência, dizimação das massas, transplante forçado de populações inteiras, restrição à liberdade individual, trabalho forçado em campos de concentração, massacres que sequer são comparáveis numericamente aos realizados pelos fascistas mas somente ao resultado de toda a guerra em conjunto. Entre as duas grandes reações anti-liberais e anti-democráticas do nosso século, uma delas tornou-se inseparável de uma *ilusão* fundamental, cuja evolução pareceu validar seu conteúdo por muito tempo, antes de dissolvê-lo<sup>19</sup>. Esta ilusão tem seu fundamento na imaginação política do homem moderno e, como a verdade da profecia esteve em pleno desenvolvimento por mais de 70 anos, ou seja, numa realização que se alimentava das circunstâncias que o mundo real impunha à sobrevivência, toda contestação apareceu como um ataque à salvação.

Assinala Furet que a espetacular abolição das leis da linguagem demagógica e, principalmente, o fim dos assassinatos políticos e do terror em massa pelo histriônico Krutchov foi o caminho para uma sucessão descontínua que colocou em questão seu fundamento ideológico. Mas ele, como mais tarde Gorbachov, não foram tão longe a ponto de colocar em questão o aparato de poder do qual nasceram e com ele governaram. Talvez por isso Furet tenha razão ao afirmar que a decomposição do império soviético é um mistério, porque não se pode dizer nem como funcionaram as leis da história nem determinar o peso dos desígnios humanos<sup>20</sup> em tal desfecho, muito embora - não deixa ele

---

<sup>17</sup> Furet, François. *Le passé d'une illusion*. Paris, Ed. Robert Laffont, 1995. Tradução em espanhol por Fundo de Cultura Economica, 1995, p. 38

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 565.

de lembrar - já em 1976 tivesse sido detectada a elevação da taxa de mortalidade infantil soviética<sup>21</sup>, ou seja, a queda dos níveis de riqueza e bem estar da população. Mas, diante da decomposição dos anos 90, “a história volta a ser este túnel no qual o indivíduo se lança, a cegas, sem saber aonde conduzirão suas ações, incerto de seu destino, despossuído de uma segurança ilusória de uma ciência que dê conta de seus atos passados”<sup>22</sup>. O fim da ilusão nos coloca frente à antinomia fundamental da sociedade burguesa e à redescoberta dos termos contraditórios e complementares da equação liberal: os direitos do homem e o mercado. Com isso, compromete o messianismo revolucionário e “nos condena a viver no mundo em que vivemos”<sup>23</sup>. Se isto é pouco para construir um futuro, diz ele, ainda não existem alternativas em cima da mesa capazes de nos consolar e dar novo rumo à ação política.

Tanto o catastrofista marxista Kurz quanto o ex-marxista cético Furet - e eu mesma - responderiam que, na sua essência, a análise do capitalismo como modo de produção de mercadorias e suas mazelas realizada por Marx é correta. Sobre a capacidade de sobrevivência e adaptação do capitalismo também não resta qualquer dúvida, embora o socialismo real tenha desabado sozinho (com alguma ajuda de novas tecnologias, como o fax, que rompeu formas clássicas de censura à circulação e debate de idéias) e apresentado sem pudor sua face de tigre de papel - ou seja, a ameaça (cujo nível real haveremos sempre de ignorar), sempre terá sido ideológico-política e militar, pois sua base econômica e social e, em certa medida, política e cultural parece ter sempre sido uma fraude. Estas são verdades que não nos impedem de afirmar que nem estamos no fim da história nem das utopias e que o liberalismo renovado também é um tigre de papel, mesmo que de outro tipo de papel.

Com esses comentários, que devem desembocar nas possibilidades da pesquisa educacional servir à decisão política, já chegamos à questão crucial dos nossos dias: há solução possível neste tempo histórico de outra realização, diferente daquela que estamos assistindo num mundo unificado por formas diversas de regresso do liberalismo, frente à revolução tecnológica e suas profundas consequências econômicas, sociais, políticas e ideológicas? Se há um ponto em que a *Intelligentzia* de todo o mundo concorda é aquele que afirma que, em algum momento, se cristalizarão as condições de surgimento de teorias e alternativas. Mas elas ainda não estão diante de nós e isto coloca tanto os homens que pesquisam quanto os que tomam decisões frente à necessidade de lidar com os dados do nosso tempo. Na periferia, em especial, num mundo em que a solidariedade migrou para o micro-nível das comunidades vecinais, indaga-se para quem, para que países, ainda resta um espaço, uma passagem estreita, uma esperança de não cair na vala comum dos excluídos ou do lixo da história? Faz sentido lutar por ela? Qual o preço desta luta e quais são as perspectivas de abdicar dela ou de fracassar? Não sabemos. Sabemos sim, que a história não se decide na consciência dos homens, mas passa por ela - e o seu peso depende de circunstâncias históricas que transcendem os indivíduos.

Retomando, pois, o nosso tema inicial depois deste longo *entremesso* é preciso reconhecer que a pesquisa educacional influi sobre a formulação de políticas (sem que nem uma nem outra determine efetivamente em que a realidade concreta as transformarão) dentro de um quadro mais amplo no qual os fatores intervenientes são inúmeros. Depende

---

<sup>21</sup> Todd, Emmanuel. *La Chutte finale*. Paris, Robert Lafont, 1976, Apud Furet, F. op. cit. p 566.

<sup>22</sup> Furet, F. Ibidem, p. 570.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 571.

não apenas de estruturas sedimentadas ao nível político, ao nível da percepção e do senso comum dos políticos e das sociedades do que sejam os problemas educacionais; das tradições que dominam o campo que determinam, por ex., maior ou menor resistência ao ensino privado ou ao ensino público; do tipo de profissionais que se dedica à área e às idéias entre eles dominantes; de acasos históricos que atuam na escolha dos *policy makers* e de conjunturas que determinam quem realmente manda; da existência ou não de consensos culturais e educacionais na sociedade mais abrangente; das alianças políticas e da capacidade de pressão dos grupos. Mas uma coisa é certa: como já não estamos mais na ditadura e os governos detêm uma legitimidade nunca antes alcançada, a luta pela influência tornou-se mais dura e as frentes políticas, ao se diferenciarem, desataram lutas intestinas, que não favorecem uma organização capaz de pressionar por decisões nem mais científicas nem mais consensuais. Pode parecer um paradoxo, mas talvez uma diferença importante que parece existir entre decisões tecnocráticas de um governo militar e decisões políticas de um governo democrático reside não na sua busca de legitimidade na academia, mas no nível de auto-legitimidade assumida pelos que detêm o poder. Em qualquer dos casos uma boa dose de prudência caipira pode fazer bem a todos e ao país.

**Texto publicado em livro organizado por Mirian Warde, 1997**

